

**PROJETO DE LEI Nº                   , DE 2002**  
(Do Sr. ENI VOLTOLINI)

"Acrescenta parágrafo único ao Art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre falta, mediante compensação de horário, para acompanhamento de terapias e tratamentos médicos de cônjuge, filho ou dependente portadores de deficiência física ou de necessidade especial."

O Congresso Nacional decreta:

O Art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

"Art. 473.....  
.....

"Parágrafo único. Mediante compensação de horário, o trabalhador poderá deixar de comparecer ao serviço no turno da jornada diária em que tiver de acompanhar terapias e tratamentos médicos de cônjuge, filho ou dependente portadores de deficiência física ou de necessidade especial, desde que essas condições ou a necessidade de assistência continuada sejam atestadas por laudo médico ou parecer técnico específico."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Segundo estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 450 milhões de pessoas, dentre a população mundial, apresenta alguma forma de deficiência física e mental, sendo que a grande maioria vive em países em vias de desenvolvimento. O CEDIPOD – Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência - noticia que, se forem projetados dados com familiares e parentes, pode-se chegar à estimativa de que 50% do total da população, em alguns casos, são afetados pelos fatores decorrentes da deficiência, o que, em última instância, se reflete no desenvolvimento do país.

No Brasil, os dados estatísticos apontam para, aproximadamente, 12 milhões, isto é, uma em cada dez pessoas (10%) da população nacional é portadora de deficiência. Os números são eloqüentes.

Nesse contexto, a presente iniciativa visa somar esforços às ações voltadas para a busca de um Brasil mais comprometido com a justiça social, com a promoção da dignidade da pessoa humana, com a redução das grandes desigualdades econômicas, com a realização do direito ao desenvolvimento dos diferentes grupos da sociedade... Com efeito, não há como dissociar de tais valores a proteção à saúde das pessoas portadoras de deficiência e de necessidades especiais que, por sua vez, não pode prescindir de medidas como a da hipótese em apreço.

De fato, com o Projeto logra-se não apenas garantir a esse significativo contingente populacional o efetivo acesso aos indispensáveis tratamentos médicos e terapêuticos, mas ainda se desperta e se fomenta a responsabilidade social em defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

E não se trata de fazer “caridade com o bolso dos outros” : felizmente, nos tempos atuais, as empresas que investem em programas de responsabilidade social já são vistas como mais atrativas para os investidores. É que vem crescendo a percepção de que os projetos na área social ampliam a capacidade da empresa de atrair talentos, pois ajudam a motivar os

empregados que tendem a trabalhar de forma mais eficiente e eficaz, tornando a empresa mais produtiva e mais competitiva. Portanto, no processo de amadurecimento de uma empresa, valores mais complexos, tais como o bem-estar dos trabalhadores e da comunidade, são peças fundamentais para estimular a organização empresarial para buscar ou manter a liderança.

Assim, seja do ponto de vista dos portadores de deficiência; seja dos trabalhadores que, de uma forma ou de outra são afetados por esse grupo social; seja pelo ângulo das empresas, seja, finalmente, pelo enfoque da sociedade de uma forma geral, o Projeto em tela é meritório. Daí por que conclamamos os Nobres Colegas para a consecução deste objetivo.

Plenário Ulysses Guimarães, em 27 de Agosto de 2002.

**ENI VOLTOLINI**  
Deputado Federal